

“Teoria do medalhão”: o príncipe, de Machado de Assis (e suas repercussões)

“Teoria do medalhão”: o príncipe, of Machado de Assis (and its implications)

Cilene Margarete Pereira¹

RESUMO: “Teoria do medalhão”, presente na coletânea *Papéis Avulsos* (1882), é um dos contos mais importantes da obra de Machado de Assis, repercutindo em vários de seus textos. Expresso com ares de doutrina filosófica a ser posta em prática por muitas personagens machadianas, serve como orientação dos meios mais eficazes para se tornar um emérito “medalhão”. Neste artigo, examinaremos o conto “Teoria do medalhão” a partir de sua relação com a obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel, tratado escrito pelo florentino a fim de instrumentalizar Lorenzo de Médicis em sua ascensão ao poder e os modos de mantê-lo. A semelhança principal nos textos diz respeito ao modo de condução do homem como inscrito em certa previsibilidade, visto que asseguram que por meio da observação pode-se prever as atitudes e os comportamentos do homem em dadas circunstâncias. Os discursos presentes nos textos se assemelham quanto ao tema e se distinguem na forma.

Palavras-chave: Conto-teoria. Machado de Assis. Nicolau Maquiavel.

“Teoria do medalhão”, presente na coletânea *Papéis Avulsos* (1882), é um dos contos mais importantes da obra de Machado de Assis. Escrito com ares de doutrina filosófica a ser posta em prática por muitas personagens machadianas, serve como orientação dos meios mais eficazes para se tornar um emérito “medalhão”; isto é, um sujeito sem efetivo valor, mas que através do dinheiro, das amizades ou influências ajeitadas pode alcançar altas posições na esfera social e pública.

O conto é apresentado em forma de diálogo,² no qual um pai aconselha e ensina ao filho a enorme vantagem de não ser “afligido de ideias próprias”. A “teoria do medalhão” propõe,

¹ Doutora em Teoria e História Literária; Docente do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). E-mail: prof.cilene.pereira@unincor.edu.br; polly21@terra.com.br.

basicamente, a perfeita convivência humana a partir da aceitação dos papéis socialmente marcados (e das ideologias e ideias neles inseridas). Ser original é, portanto, contrário ao socialmente conveniente, desrespeitando a encenação desses papéis. Isso sugere que o homem (visto pela crave crítica de Machado de Assis) é previsível, dotado de ações que podem ser adivinhadas de acordo com as circunstâncias em que se insere.

De como Machado construiu seu príncipe

Considerando o enredo do conto, é possível estabelecer uma relação coerente com o texto máximo de Maquiavel, *O Príncipe*, que ressoa na obra de Machado de Assis, aparecendo como citação nominal de grande relevância em “Teoria do medalhão”: “Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o Príncipe de Machiavelli” (ASSIS, 1997, II, p. 295).

O tratado proposto por Machado no conto equivaleria, em parte, aos conselhos que Maquiavel dirige aos príncipes: nos dois textos temos os ensinamentos, vindos por meio da observação, das formas de ascensão aos poderes social (em “Teoria do medalhão”) e político (em *O Príncipe*) e, claro, de sua conservação, mesmo que isso signifique cometer certas atrocidades, seja de caráter, como sugere Machado, seja de crueldade monárquica, como revela Maquiavel.

Conforme já aponta a fala do pai no conto, somente “guardadas as devidas proporções” essa relação pode ser feita. A citação indica não só a distinção do tamanho da empreitada nos dois textos – posição social em Machado e poder político em Maquiavel –, mas implica a grande e principal semelhança e (paradoxalmente) dessemelhança entre ambos: eles não podem ser tomados como iguais porque não o são, nem na intenção específica e mais profunda, nem nos argumentos e, principalmente, na importância efetiva de cada um deles. O texto de Maquiavel é divisor de águas na história das ideias referentes ao campo da ciência política.

² Sônia Brayner estuda as transformações da ficção brasileira no período de 1880 a 1920, salientando os aspectos trazidos por Machado no que ela define como “Metamorfoses machadianas”. Para isso, avalia a crônica do escritor, identificando-a como espaço de experimentações: “as crônicas servem de domínio preferido para o ensaio de uma nova linguagem de caracterização dialógica, campo experimental para um tipo de narrador, não convencional, espontâneo, intruso, a comentar suas próprias decisões retóricas [...]” (BRAYNER, 1979, p. 58). Um dos aspectos da crônica, que abre caminho para a expressão do contista, é seu caráter dialogizante.

Maquiavel foi um dos grandes responsáveis pela noção moderna de poder. A ele também se deve a renovação e do sentido e da relação entre ética e política. [...].

Maquiavel, fugindo da tradição, que considera a tendência do homem para a vida em sociedade e o bem viver dos naturais, sublinha que, ao contrário, os homens tendem sempre à divisão e à desunião. Deriva daí uma tensão social, marcada pelo conflito de desejo entre dois grupos distintos, o povo, que deseja não ser oprimido pelos grandes, e os grandes que, inversamente, desejam oprimir e dominar o povo. (WINTER, 2006, p. 118).

No caso de “Teoria do medalhão”, o texto de Machado de Assis fala mais propriamente ao texto machadiano e às condições sociais e políticas da época que em se inscreve.

De qualquer maneira, a semelhança principal nos textos diz respeito ao modo de condução do homem como inscrito em certa previsibilidade. Tanto Machado, em seu conto-teoria, como Maquiavel, com seu tratado político, asseguram que por meio da observação dos aspectos mais intrínsecos do homem pode-se prever suas atitudes e comportamentos em dadas circunstâncias. É através da observação,³ quando possível, e do estudo da história dos grandes homens da humanidade, em certos casos, com o fim máximo e declarado de instrumentalizar Lorenzo de Médicis, que Maquiavel concebe *O Príncipe*, entre 1512 e 1515.

No período, a Itália encontrava-se mergulhada num razoável equilíbrio de forças entre cinco Estados: Nápole, Milão, os Estados Papais, Florença e Veneza; as relações entre eles, e inclusive de seus governantes para com os governados, é alvo do discurso de Maquiavel. Os capítulos da obra, que examinam desde os principados hereditários (capítulo II) aos eclesiásticos (capítulo XI), apontam erros e acertos de figuras históricas e guardam valiosos conselhos aos príncipes renascentistas, compondo um valioso guia de sobrevivência aos governantes florentinos modernos. (GONÇALVES, 2010, p. 8).

Também Machado de Assis, por meio da observação do comportamento social do homem, conceberá uma personagem que tentará instrumentalizar o filho, dando-lhe condições e conselhos necessários a uma existência vazia, mas distinta e notável. Nesse caso, estaríamos diante de um conto-teoria, conforme observou Alfredo Bosi, ao pontuar que “nos contos maduros de Machado” encontramos “bizarras e paradoxais teorias, que, afinal, revelam o sentido das

³ “Maquiavel, que teria as primeiras ideias do Estado Moderno, comprovou na prática, durante os meses que passou ao lado do duque valentino, a organização política que se estava desenhando de modo vago em sua mente. Viu um Príncipe saber formar homens e saber derrubá-los; ser justo com os governados e implacável com os que ameaçavam a soberania do Estado. Viu alguém que ajudado pela fortuna, possivelmente redimiria a Itália que esperava há muito tempo por seu redentor” (FERRARA, 1952, p. 48, tradução nossa).

relações sociais mais comuns e atingem alguma coisa como a estrutura profunda das instituições” (BOSI, 1999, p. 85).⁴

Portanto, o confronto entre ambos os textos se faz não de forma explicitada e detida, justamente porque impossível nestes termos, mas por uma relação conceitual e intencional mais geral, presentes nos discursos que se assemelham quanto ao tema e se distinguem na forma, como vemos.

No caso de Maquiavel, a estrutura básica de seu tratado político encerra espécies de regras de conduta, sempre a partir da observação pessoal ou histórica, de como um príncipe deve se comportar e agir a fim de ascender ao poder e preservá-lo. Para isso, ele faz divisões em categorias que distinguem tipos de príncipes (os hereditários, os novos, etc.) e modos de ação direcionados a cada um. Isso, é claro, não ocorre no conto de Machado, pois não há distinção entre os tipos de medalhão (exceto entre o medalhão pronto e acabado ou o quase acabado que não chega a ter grande consequência, já que a distinção se faz apenas por meio da eficiência de cada um).

O capítulo V, de *O Príncipe*, é um bom exemplo de como funciona o tratado de Maquiavel e sua lógica argumentativa – o que não chega também a se configurar em “Teoria do medalhão”, pois o pai de Janjão não argumenta, mas tão somente apresenta um receituário básico que, se seguido, transformará o filho em um perfeito medalhão. Neste capítulo, o título já explicita o objetivo do tratado, assim como sua forma: “Da maneira de conservar cidades ou principados que, antes da ocupação, se regiam por leis próprias”. Temos especificado o tipo de principado ou cidade (se regiam por leis próprias) – divisão que ocorrerá na obra como base dos argumentos, já que de acordo com o tipo depreenderá uma estratégia exclusiva – e as três formas de lidar com a chegada ao poder e sua conservação (da maneira de conservar) – que discorrerá Maquiavel ao longo do capítulo.

É no capítulo VI que ele evidencia o processo primordial do texto, aludindo ao estudo das ações humanas como exemplos a serem (ou não) seguidos. Dessa forma, ele se refere à experiência como meio de alcançar a sabedoria, não devendo ser negligenciada pelos que desejam efetivamente ascender ao poder. Esse conselho não é só o cerne da obra de Maquiavel, mas também o será em “Teoria do medalhão”. Vejamos o que diz Maquiavel em seu tratado:

⁴ Para Bosì, “A móvel combinação de desejo, interesse e valor social dá matéria a estranhas teorias do comportamento, que se chamam ‘O alienista’, ‘Teoria do Medalhão’, ‘O segredo do bonzo’, ‘A Sereníssima República’, ‘O espelho’, ‘Conto alexandrino’, ‘A igreja do Diabo’ (BOSI, 1990, p. 85-86)

Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes, sempre se aproveita muita coisa. (MAQUIAVEL, 1973, p. 29).

Em “Teoria do medalhão”, o discurso de Maquiavel ressoa na estratégia utilizada pelo pai de Janjão ao se valer da observação da prática dos homens e transformá-la em um arcabouço teórico a ser contemplado e seguido pelo filho. É interessante como a frase do pensador florentino, acima destacada, é não só utilizada por Machado ao teorizar o medalhão – por centrar-se na importância da observação –, mas também é subvertida de forma irônica, já que fora de seu contexto ela pode ser vista como a própria teoria saída da boca do pai de Janjão: “[...] mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros.” (ASSIS, 1997, II, p. 294).

Desse modo, tanto a “Teoria do medalhão” quanto *O Príncipe* sugerem, “guardadas as proporções”, que o homem deve se valer da experiência alheia, atentando para os seus fracassos – para que não os repita – e principalmente para suas glórias – para que sejam fielmente imitadas, a fim de que possam mais facilmente alcançar altas posições sociais e poder e, claro, mantê-los.

A técnica para se tornar um medalhão pronto e acabado no conto de Machado de Assis é explicitada por regras que devem ser seguidas pelo candidato a medalhão. A partir da premissa básica de que o medalhão deve ser um homem absolutamente vazio, ou seja, iniciado na “arte difícil de pensar o pensado” (ASSIS, 1997, II, p. 291), o pai de Janjão discorrerá sobre as formas de se evitar ser invadido por ideias próprias e, principalmente, originais. Partindo do pressuposto que as ideias são voluntárias; não se tem, portanto, muito controle sobre elas, o pai aconselha ao filho uma série de exercícios que devem ser praticados severamente a fim de que no máximo em dois anos ele reduza o intelecto, “por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum” (ASSIS, 1997, II, p. 291). O atrofiamento das ideias ganha aqui o pomposo disfarce de sobriedade, disciplina e equilíbrio, não correspondendo a nenhum dos três, mas apenas ao vulgar senso comum humano.

Ausências de novidade, originalidade e particularidade só podem ser conseguidas a partir de simples e repetitivos exercícios “intelectuais”. O primeiro (e um dos mais importantes) sugere um regime severo de “leituras” retóricas (compêndios dos mais infinitos, audição de discursos,

etc.) para que o candidato a medalhão comece a conhecer/selecionar um repertório esvaziado de significação ou de importância efetiva. O segundo exercício refere-se à ocupação da mente com práticas de salão das mais banais e fúteis como jogos de carta, dominó, etc. O terceiro exercício recomenda passeios recreativos sempre acompanhados “porque a solidão é oficina de ideias, e o espírito deixado a si mesmo, embora no meio da multidão, pode adquirir essa tal ou qual atividade” (ASSIS, 1997, II, p. 291). A solidão é, portanto, inimiga do medalhão, sendo-lhe necessária sempre uma plateia para a exposição de suas (nada originais) ideias alheias. Outra prática recomendável é a ida ocasional a livrarias, não tanto para comprar ou se informar sobre os livros, mas tão somente para a exposição pública, apelando para o senso comum de que o homem que lê é muito culto. Segundo o pai de Janjão, ao se interrogar as pessoas em uma livraria obterá sempre os mesmos comentários e isso é absolutamente saudável ao medalhão.

Para um discurso que se faz a partir de ideias alheias, nada mais bem-vindo do que a prática de frases feitas, de “locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar aos outros a um esforço inútil” (ASSIS, 1997, II, p. 291). Entre elas, o pai sugere as sentenças latinas, os ditos históricos, versos célebres e os brocados jurídicos, tudo que perpassa o senso comum e não causa dissentimentos ou discussões. É ainda aconselhável o uso de um mesmo vocabulário para que a intromissão de palavras novas ou desconhecidas não incite ideias.

Além de elucidar alguns exercícios práticos para afugentar o cérebro de ideias, o pai desaconselha ao filho algumas atividades como os esportes. Abre uma exceção, que confirma a regra, ao bilhar, que apesar de considerado um esporte,

[...] a observação desmente a teoria. Se te aconselho excepcionalmente o bilhar é porque as estatísticas mais escrupulosas mostram que três quartas partes dos habituados do taco partilham as opiniões do mesmo taco. (ASSIS, 1997, II, p. 290-291).

Dessa forma, a aprendizagem, a partir da observação, pode também desmentir a teoria, mostrando esta originária daquela.

Vemos que são numerosos os esforços para se tornar um medalhão, mas compensadores e úteis, segundo as explicações do pai a Janjão:

Quanto à utilidade de um tal sistema, basta figurar uma hipótese. Faz-se uma lei; executa-se, não produz efeito, subsiste o mal. Eis aí uma questão que pode aguçar as curiosidades vadias, dar ensejo a um inquérito pedantesco, a uma coleta fastidiosa de documentos e observações, análise das causas prováveis, causas certas, causas possíveis, um estudo infinito das aptidões do sujeito reformado, da natureza do mal, da manipulação do remédio, das circunstâncias da aplicação; matéria, enfim, para todo um andaime de palavras, conceitos e desvários. Tu poupas aos teus semelhantes todo esse imenso aranzel, tu dizes simplesmente: Antes das leis, reformemos os costumes! – E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos como um jorro súbito de sol. (ASSIS, 1997, II, p. 291-292).

Dessa forma, fica a nítida impressão – e impressão não quer dizer verdade – de que a arte do medalhão é mais eficaz que a originalidade e a profusão de ideias e sua discussão. Aliás, se há algo evidente na fala do pai é que o discurso original é inútil e essencialmente enfadonho. Nesse caso, o que o conto propõe é um “trabalho de educação” que conduza o homem “à crença nas opiniões correntes, que são um nada, mas um nada garantido, isento dos reveses da contradição”, observa Bosi (1999, p. 92).⁵

A teoria explicitada pelo pai de Janjão é toda centrada na inversão dos valores comumente aceitos e elucidados ao filho pela figura paterna. Aqui, ao contrário, o que vemos é a transformação dos valores negativos em positivos, de forma que o elogio ao filho se dá de forma inversa: “- Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inópia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício” (ASSIS, 1997, II, p. 290).

Não só a pobreza intelectual do filho é elogiada, como serve perfeitamente ao medalhão, este tão “nobre ofício”. Da mesma forma, o aconselhamento paterno é subvertido, já que ao invés de salientar os aspectos originais e particulares do filho, cumpre iniciá-lo no “aprendizado das aparências”. Essa inversão do papel social do pai dá ao texto seu aspecto paródico mais evidente, encontrando seu respaldo técnico, digamos assim, na formatação do conto: é antes de tudo apresentado como uma “teoria”. Seu cientificismo é aparente, e o pai, figura problematizada no conto, apesar de cumpridor do seu papel social – a preocupação em aconselhar o filho é um sinal claro – o faz às avessas, relativizando os conceitos de moralidade e imoralidade.

Sônia Brayner observa que “Teoria do medalhão” é um conto

⁵ Para o crítico, “Teoria do medalhão” e outros contos como “Sereníssima República” e “O segredo do bonzo” formam “a trilogia da Aparência dominante” (BOSI, 1990, p. 92).

[...] bastante significativo da atitude machadiana frente à linguagem, pois, apesar de sua dramatização retórica, já tende ao bivocalismo característico da ironia paródica – os conselhos paternos ao invés do natural elogio da criatividade estimulam o contrário. (BRAYNER, 1979 p. 67-68).

Brayner chama a atenção para o fato de que é no próprio texto que isso fica claro, já que a ironia (elemento de criatividade/originalidade) dever ser evitada em detrimento da chalaça, conforme rege o conselho do pai de Janjão.

Ainda atentando para o conselho dado ao filho de “não ser afligido de ideias próprias”, é interessante notarmos que seu contraponto parece também existir na obra de Machado na concepção que ele faz de “ideia fixa”. Para isso, devemos nos lembrar de que a “ideia fixa” é, na obra do autor, constantemente vista ou percebida pelas personagens como originais ou geniais. Para nos determos em apenas alguns exemplos, citemos o caso do emplasto que causa a morte de Brás Cubas e que é precedida de um sugestivo delírio. Nesse caso, a ideia além de genial, é megalomaníaca e vaidosa porque ambiciona curar o mundo do mal da melancolia e trazer compensações gloriosas ao *ego* da personagem e, claro, ao seu bolso. O próprio Brás ao reconstituir a história frustrada do seu emplasto nos aconselha: “Deus te livre, leitor, de uma idéia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho” (ASSIS, 1997, I, p. 516).

A imagem a que recorre o narrador para avivar (e justificar) seu ato benevolente, aos olhos do leitor, é digna de citação e de comentários:

Quem não sabe que ao pé de cada bandeira grande, pública, ostensiva, há muitas vezes várias outras bandeiras modestamente particulares que se hasteiam e flutuam à sombra daquela, e não poucas vezes lhe sobrevivem? (ASSIS, 1997, I, p. 516-517).

Ao lado de causas públicas estão modestamente colocadas (não sem intenção irônica do narrador) as causas particulares que “não poucas vezes” perduram sobre as primeiras. Até mesmo na bela imagem da tremulação das bandeiras está implícita a luta entre o público e o privado, atentando sobre a sobrevivência deste último – o uso do verbo sobreviver destacado na boca de um defunto capitalista já é um índice denunciador da personagem. Em se tratando de Machado, é o caso de perguntar: haverá mesmo bandeira pública? Ou ela seria apenas um disfarce/máscara – como tantos outros em sua obra – para encobrir as reais motivações de suas personagens?

As ideias filosóficas do “Humanitismo” impregnam de loucura a personagem Quincas Borba. Num acesso último, o filósofo destruirá toda sua doutrina a fim de fundar outra, mais genial e inovadora. É reveladora, nesse sentido, a associação existente entre as “ideias fixas ou próprias” e a loucura. No caso de Brás, essa relação fica evidente não só pelo delírio tido antes da morte (que para muitos leitores pode ser visto como indício da ausência de lucidez de nosso narrador), mas também na fala da personagem, associando a ideia fixa a um estado de demência: “Tinha o emplasto no cérebro; trazia comigo a idéia fixa dos doidos e dos fortes” (ASSIS, 1997, I, p. 518).

Isso nos sugere que há uma relação direta entre os acontecimentos negativos (loucura e/ou morte) ao fato de “ser afligido de ideias próprias”, assim como prevê o ensinamento do pai ao filho em “Teoria do medalhão”: “[...] debes pôr todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente [...]” (ASSIS, 1997, II, p. 290).

Cumprindo o papel que lhe cabe na educação do filho, o conselho do pai não é dado só com o sentido de orientação, mas também de certa imposição com o fim maior de fazer com que Janjão realize aquilo que seu pai não conseguira, justamente pela falta de conselhos tão úteis.

Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo, como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. (ASSIS, 1997, II, p. 289).

Assim, o pai além de cumprir seu papel social repassa ao filho as esperanças e obrigações de realizar aquilo que fora seu “sonho de mocidade”: ser medalhão não é somente uma “prática social” vantajosa para Janjão, mas um dever moral para com o pai.

“Teoria do medalhão” e seus desdobramentos

Este conto e sua teoria repercutem insistentemente na obra de Machado, que tão repleta de medalhões está. Em *Esau e Jacó*, no capítulo “Desacordo no Acordo”, vemos como Paulo, um dos filhos de Natividade, absorve uma ideia representativa de seu pseudo republicanismo ao discursar sobre a abolição da escravatura, a fim de se promover publicamente: “A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco” (ASSIS, 1997, I, p. 992).

Natividade, mãe zelosa e preocupada, ao censurar o filho pela afronta ao governo monárquico obtém como resposta o seguinte:

Paulo respondeu com trinta mil expressões de ternura, declarando no fim que tudo lhe poderia sacrificar, inclusive a vida e até a honra; as opiniões é que não. “Não, mamãe; as opiniões é que não” (ASSIS, 1997, I, p. 992).

O que nos parece uma atitude tão “anti-medalhesca”, um louvor em honra das ideias próprias, é explicado pelo narrador em terceira pessoa em tom tranquilo e denunciante, justamente porque irônico:

Não atinou... Nem sempre as mães atinam. Não atinou que a frase do discurso não era propriamente do filho; não era de ninguém. Alguém a proferiu um dia, em um discurso ou conversa, em gazeta ou em viagem de terra ou de mar. Outrem a repetiu, até que muita gente a fez sua. Era nova, era enérgica, era expressiva, ficou sendo patrimônio comum. Há frases assim felizes. Nasceram modestamente, como a gente pobre; quando menos pensam, estão governando o mundo, à semelhança da idéias. As próprias idéias nem sempre conservam o nome do pai; muitas aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas. (ASSIS, 1997, I, p. 992).

No conto “Evolução”, presente na coletânea *Relíquias de Casa Velha* (1906), vemos claramente o processo de adaptação (ou usurpação) de uma ideia alheia. Em uma viagem de trem para Vassouras, Inácio, narrador do conto – dotado de um misto de compostura e dissimulação –, conhece Benedito, rapaz moralmente pacato, mas que em termos intelectuais é desprovido de originalidade. Nessa viagem, num ato de exaltação às ferrovias brasileiras, Inácio declara pomposamente: “Eu comparo o Brasil a uma criança que está engatinhando; só começará a andar quando tiver muitas estradas de ferro” (ASSIS, 1997, II, p. 704).

A ideia pega Benedito em cheio que a repete, durante a viagem, estupefato, admirando-lhe a beleza e a justiça. Dias depois, os dois rapazes se reencontram na Corte, e Benedito novamente faz ressoar a metáfora explicitada pelo amigo. Mais tarde, Inácio precisa viajar a Europa a pretexto de encaminhar (na prática) o progresso brasileiro através das estradas de ferro, enquanto Benedito fica cuidando de sua candidatura a deputado. Perdida a eleição, ele vai a Europa e em Paris reencontra, ao acaso, seu amigo Inácio. Nessa ocasião ocorre o primeiro momento evolutivo sugerido no título do conto: a ideia antes de Inácio passa a pertencer também a Benedito:

“Lembra-se do que nós dizíamos na diligência de Vassouras? O Brasil está engatinhando; só andar com estradas de ferro [...]” (ASSIS, 1997, II, p. 707).

Como não poderia deixar de ser, a lembrança causa certo espanto em Inácio que vai acompanhando a usurpação de sua ideia pelo amigo nada original. Mas não é só de ideias e metáforas ferroviárias que vive Benedito, também vão se formando em sua cabeça um arsenal de “anexins políticos e fórmulas parlamentares”, que são despejadas em Inácio durante suas conversas – o que sugere as práticas do medalhão.

Seguidos os caminhos da vida, Inácio retorna ao Brasil de uma viagem a Londres e acha o amigo já eleito deputado a preparar seu discurso de estreia na Câmara. Ao ler o exórdio deste para o amigo, encontramos o segundo e decisivo momento da “evolução” anunciada:

[...] dir-me-eis que uma nação não se compõe só de estômago para digerir, mas de cabeça para pensar e de coração para sentir. Respondo-vos que tudo isso não valerá nada ou pouco, se ela não tiver pernas para caminhar; e aqui repetirei o que, há alguns anos, dizia eu a um amigo, em viagem pelo interior: o Brasil é uma criança que engatinha; só começará a andar quando estiver cortado de estradas de ferro [...] (ASSIS, 1997, II, p. 708).

No final do conto, o narrador Inácio reserva ao amigo a criação, de forma irônica, é claro, da teoria da evolução, descartando-a da alcunha e da definição de Spencer, creditado, não sabemos se justamente como seu teórico: “Achei (perdoem-me se há nisto ênfase), achei ali mais um efeito da lei da evolução, tal como a definiu Spencer, - Spencer ou Benedito, um deles” (ASSIS, 1997, II, p. 708).

O nome do conto mostra o percurso nada inovador que perfaz a imagem do “medalhão” pronto e acabado, agindo, conforme percebe Bosi, a partir de um eixo pronominal visível: “do tu para nós, do nós para o eu, essa foi a ‘Evolução’ de Benedito. Evolução é uma apropriação bem-sucedida. O resultado final chama-se posse” (BOSI, 1999, p. 119).

É oportuno lembrar-se de outro texto de Machado de Assis, “Conto alexandrino” de *Histórias sem data* (1884), também centrado em uma doutrina – esta bem mais esdrúxula – que diz ter os vícios e as virtudes humanas correspondentes na natureza animal.

Em suma, os deuses puseram nos bichos da terra, da água e do ar a essência de todos os sentimentos e capacidades humanas. Os animais são as letras soltas do alfabeto; o homem é a sintaxe. (ASSIS, 1997, II, p. 411).

Esta doutrina é proferida e examinada por dois filósofos de Chipre, Stroibus e Pítias, que a põem em prática em sua chegada a Alexandria. A experiência que comprovará a teoria é um tanto sórdida – a semelhança da crueldade de Fortunato em “A causa secreta” –, já que prevê o estripamento de ratos e a retirada de seu sangue. O sangue seria em seguida bebido pelos filósofos que teriam, assim, as características ratoneiras do animal introduzidas e avivadas em seus corpos. Dessa forma, acreditavam, despertariam o vício do roubo, tornando-se exímios ladrões. O descompasso da teoria já começa a se formar no fim maléfico a que chegam: a fim de prová-la, os dois filósofos, homens dotados de virtudes infinitas, se sujeitam a se transformarem em ladrões. O papel social de filósofo (aqui encarado com dimensões científicas, conforme ditame da época, ausente das distinções de hoje) é exercido tão plenamente quanto o é por Simão Bacamarte, em “O Alienista” (*Papéis Avulsos*), ao se internar na Casa Verde em nome da ciência que acredita e pratica.

Em “O Alienista”, o que interna o Dr. Simão Bacamarte é a excessiva conjunção de virtudes que o aproximariam, segundo sua nova teoria, da loucura, entendida como o equilíbrio perfeito das faculdades mentais. No “Conto alexandrino”, se nos permitem um trocadilho, o que “interna” os filósofos são também as suas virtudes, já que por causa da experiência – que necessitava de suas virtudes – serão levados a ocupar o lugar que fora outrora dos ratos, ou seja, dos estripados.

Para ficar mais clara a relação existente entre este conto e “A causa secreta”, através do sadismo de Fortunato, insistimos na descrição detida da experiência a que são submetidos os ratos – e o leitor de Machado de Assis:

Stroibus engaiolava os ratos; depois, um a um, ia-os sujeitando ao ferro. Primeiro, atava uma tira de pano no focinho do paciente; em seguida, os pés, finalmente, cingia com um cordel as pernas e o pescoço do animal à táboa da operação. Isto feito, dava o primeiro talho no peito, com vagar, e com vagar ia enterrando o ferro até tocar o coração, porque era opinião dele que a morte instantânea corrompia o sangue e retirava-lhe o princípio. Hábil anatomista, operava com uma firmeza digna do propósito científico. Outro, menos destro, interromperia muita vez a tarefa, porque as contorsões de dor e de agonia tornavam difícil o meneio do escalpelo; mas essa era justamente a superioridade de Stroibus: tinha o pulso magistral e prático.

Ao lado dele, Pítias aparava o sangue e ajudava a obra, já contendo os movimentos convulsivos do paciente, já espiando-lhes nos olhos o progresso da agonia. As observações que ambos faziam eram notadas em folhas de papiro... (ASSIS, 1997, II, p. 413).

De qualquer forma, a descrição acima desperta para o rigor metódico com que os filósofos empreendem a tarefa nada agradável, encarando-a apenas como exercício prático da doutrina a ser revelada ao mundo.

Quando enfim a doutrina mostra-se verdadeira, transformando os filósofos em ladrões autênticos, “larápios acabados”, não é difícil adivinhar qual o primeiro furto que praticam:

[...] Pítias foi o primeiro que deu mostras da realidade do efeito, atribuindo-se uma três idéias ouvidas ao próprio Strobilus; este, em compensação, furtou-lhe quatro comparações e uma teoria dos ventos. Nada mais científico do que essas estréias. As idéias alheias, por isso mesmo que não foram compradas na esquina, trazem um certo ar comum; e é muito natural começar por elas antes de passar aos livros emprestados, às galinhas, aos papéis falsos, às províncias, etc. (ASSIS, 1997, II, p. 414).

Convencendo-nos que as ideias são bem mais comuns do que pensamos, o narrador justifica a prática do medalhão, sustentado ainda que ela é inata ao homem, já que, segundo a teoria dos filósofos, “o homem é a sintaxe da natureza”.

“O Alienista”, um dos contos mais conhecidos e apreciados por críticos e leitores de Machado de Assis, também põe em prática a teoria do medalhão, mostrando-nos a apropriação de algo pensado por outro. Essa útil “teoria machadiana” aparece no momento em que o barbeiro Porfírio vai à Câmara dos vereadores protestar contra a Casa Verde, criada por Simão Bacamarte:

O barbeiro [...] declarou que estava investido de um mandato público, e não restituiria a paz a Itaguaí antes de ver por terra a Casa Verde, - ‘essa Bastilha da razão humana’, - expressão que ouvira a um poeta local, e que ele repetiu com muita ênfase. [...] um dos vereadores, que apoiara o presidente, ouvindo agora a denominação dada pelo barbeiro à Casa Verde – ‘Bastilha da razão humana’, achou-a tão elegante, que mudou de parecer. (ASSIS, 1997, II, p. 270).

Tal qual havia preconizado Machado a respeito do discurso de Paulo em *Esau e Jacó*, as ideias fazem-se de todos, à medida que delas se possa servir. Assim, mais do que plagiadores, Porfírio e o vereador são apenas praticantes árdios de tão utilitária e empolgante teoria, sem terem em mente a prática acabada do medalhão.

A atitude do vereador ilustra ainda outra particularidade da obra de Machado: a visão ornamental da política, segundo nos mostra Costa Lima, em “Machado e a inversão do veto”. Para o crítico,

Em “Miss Dollar” [...] ao encontrar o amigo debruçado sobre livros, o personagem ‘perguntou-lhe se estava estudando para ser deputado. Jorge cuidava que se estudava para ser deputado!’. Não é preciso maior cuidado para entender-se a ironia da exclamação: os deputados machadianos de fato consultam obras escritas, menos porém para estudá-las do que para daí retirarem fulgurante citações. (COSTA LIMA, 1989, p. 247).

Citações, diga-se de passagem, esvaziadas de significados ou conteúdos, como aconselha o pai em “Teoria do medalhão”. Essa é comumente a imagem do político na obra de Machado, um sujeito sem grande valor que se faz através de discursos retóricos e banais; não sem razão a política é a principal atividade dos medalhões machadianos.

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), texto que traz pela primeira vez, ao que tudo indica, a ideia desenvolvida em “Teoria do medalhão”, vê-se a fala do pai de Brás, de forma bem semelhante ao conto, principalmente por seu aspecto formal mais evidente: o conselho: “Olha que os homens valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens” (ASSIS, 1997, I, p. 550).

Neste contexto, o conselho do pai de Brás se reporta a dois significados fundamentais na atitude do medalhão machadiano: de um lado, sugere que a melhor forma de se converter em pessoa de renome e importância é se moldar de acordo com as ideias alheias, não incorrendo no risco de não ser benquista e necessária ao convívio social, justamente porque original. De outro lado e como consequência, aponta que a opinião alheia é que faz o homem (as ideias que se tem sobre ele), e não suas qualidades intrínsecas ou inatas. Somos o que parecemos (de acordo como o olhar dos outros nos percebem), e não o que realmente somos.⁶ Essa é a grande finalidade da publicidade na obra de Machado de Assis: fazer emergir a aparência, enquanto afunda a importância e, o que é mais revelador, a necessidade da essência. Dessa forma, aportamos em um dos binômios máximos de sua obra: aparência *versus* essência, em termos práticos, a apologia da máscara.

⁶ Aliás, essa é uma das grandes perguntas machadianas: há verdadeiramente um ser, ou seja, necessitamos de ser algo à medida que podemos parecer sê-lo? Machado discute essa questão no conto “O espelho”, no qual temos Jacobina dissertando sobre a natureza dual da alma humana. Para uma leitura detida deste conto, ver PEREIRA, 2007, p. 33-47.

Referências

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obra completa**. COUTINHO, Afrânio (org.). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997. (Volume I). 1.214 p.

_____. **Obra completa**. COUTINHO, Afrânio (org.). Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997. (Volume II). 1.199 p.

BOSI, Alfredo. **O enigma do olhar**. São Paulo: Ática, 1999. 229 p.

BRAYNER, Sônia. As metamorfoses machadianas. In: _____. **O labirinto do espaço romanescos**: tradição e renovação da literatura brasileira, 1880-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979, Cap. 3, p. 51-118.

COSTA LIMA, Luiz. Machado e a inversão do veto. In: _____. **O controle do imaginário**: razão e imaginação nos tempos modernos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 241-261.

FERRARA, Orestes. **Maquiavello – la vida, las obras, la Fama**. Madrid: Coleccion La Nave, 1952.

GONÇALVES, Eugenio Mattioli. Princípios da razão do Estado em *O Príncipe*, de Maquiavel. **Anais do 5.º Encontro de Pesquisa de Graduação em Filosofia da Unesp**. Volume 3, número 1, 2010. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/EugenioMattioliGoncalves\(7-14\).pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/EugenioMattioliGoncalves(7-14).pdf). Acesso em 10 de abril de 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973. 265 p.

PEREIRA, Cilene M. “O espelho”: a teoria da assunção do papel social, segundo Machado de Assis. In: _____. **A assunção do papel social em Machado de Assis**: uma leitura do Memorial de Aires. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007, Cap. 3, p. 33-47.

WINTER, Lairton Moacir. A concepção de Estado e de poder em Maquiavel. **Tempo da ciência**. Volume 13, número 25, 2006, p. 117-128.